

**Manuel J. Gandra**

# CÍRIO DE NOSSA SENHORA DO CABO ESPICHEL

Aspectos mítico-simbólicos



## FICHA TÉCNICA

### *Título*

Cório de Nossa Senhora do Cabo Espichel: aspectos  
mítico-simbólicos

### *Autor*

Manuel J. Gandra

### *Edição*

Comissão das Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel-  
- São Martinho - 2004

© Autor e Comissão das Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel  
da Freguesia de S. Martinho (Sintra)

### *Apoios*

Câmara Municipal de Sintra  
Junta de Freguesia de S. Martinho  
Junta de Freguesia de Santa Maria e S. Miguel

### *Concepção gráfica*

Abadesign - Publicidade e Design, Lda.

### *Impressão*

Gráfica Europam, Lda.

### *ISBN*

972-9044-71-6

### *Depósito Legal*

219382/04

### *Tiragem*

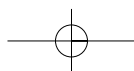
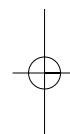
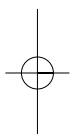
1500 exemplares

### *Data*

2004

## ÍNDICE

Mitos e História - A propósito de um ensaio sobre o culto e o cório de Nossa Senhora do Cabo Espichel <i>J. Cardoso Martins</i> ( <i>Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Sintra</i> )	5
Antelóquio	7
A Atlântida e o culto das <i>finisterrae</i> atlânticas	9
O Cabo Espichel sob o ponto de vista orogénico	25
O Santuário de Nossa Senhora da Pedra da Mua ou do Cabo	29
A Imagem e o Tesouro de Nossa Senhora do Cabo	35
Iconografia de Nossa Senhora do Cabo	37
O Cório do Cabo Espichel	55
As Loas	59
Bibliografia	61





## MITOS E HISTÓRIA – A PROPÓSITO DE UM ENSAIO SOBRE O CULTO E O CÍRIO DE NOSSA SENHORA DO CABO ESPICHEL

As relações simbólicas entre o círios e os cabos da *finisterra* ocidental e entre estes e o mito atlante constituem o mote do ensaio de Manuel Gandra dedicado às origens e história do Círio do Cabo Espichel. Na verdade, no decorrer do texto, o autor explana não só as verosimilhanças humanas – com base nas fontes clássicas e na toponímia –, mas também os factores geoclimáticos que definiram a fachada atlântica, procurando uma descodificação longa no tempo que o conduziu a uma singular interpretação da complexa teia em que se enreda a peregrinação ao Cabo Espichel, bem como o círio sucedâneo. De facto, o Círio dos Saloios – do qual fazem parte nove freguesias do concelho de Sintra – constitui o mais notável dos movimentos que se geraram em torno das lendas reminiscentes de uma “verdade” há muito perdida nas brumas da História.

História que nos confunde no discurso sincopado das narrativas, como a que nos conta que, um dia, uma mula que transportava a imagem da Senhora galgou a penha, e deixou – segundo escreveu, nos inícios de setecentos, Frei Agostinho de Santa Maria – «impressos nela os vestígios das mãos e dos pés». As pegadas da pedra da Mua, ou seja, o trilho de dinossáurios que a convulsão tectónica verticalizou, definiu, milénios depois, o lugar da fundação da pequena ermida da Memória, pois, segundo uma outra lenda, a imagem desaparecera do navio do mercador inglês Hildebrant durante uma violenta tempestade e, resplandecente, brilhou no escuro conduzindo os marinheiros a terra segura. Sítio onde, séculos volvidos, o velho de Alcabideche e a velha da Caparica redescobriram a imagem e a devoção na Senhora do Cabo Espichel que se materializou na construção de grandioso santuário, renovado nos começos do século XVIII, ao que parece segundo risco do arquitecto João Antunes. Na verdade, toda esta construção de uma linguagem ecuménica tem agido, apesar da sua raiz empírica, como elemento primordial na agregação sócio-cultural, religiosa e simbólica dos povos que, desde há milénios, têm habitado o território dos saloios, definindo a diáspora incessante da pequena imagem celebrada pelas loas entoadas pelos anjos e conduzida, em memória da memória, por mulas.

E, no seu incessante périplo/procura – tal como o fazem, ainda que de modo distinto, os historiadores – da interpretação primeira do fenómeno do culto de

Nossa Senhora do Cabo Espichel, a verdade assume-se também no fulgor festivo que os povos dedicam à sua passagem. Assim, de vinte e seis em vinte e seis anos (outrora de trinta em trinta), a imagem de Nossa Senhora do Cabo revisita cada uma das freguesias que constituem o périplo. E, nesta alvorada milenar, eis que, de novo, a Senhora regressa a São Martinho, no coração do velho burgo. E, uma vez mais, o Município de Sintra não poderia – à semelhança do passado – deixar de se associar a este momento (quase) único nos tempos de Sintra, das Festas de Sintra. Por conseguinte, o Pelouro da Cultura, a par de outras iniciativas que levou a cabo juntamente com a Comissão de Festas, e no sentido de divulgar o património histórico-cultural subjacente a esta grande festa, entendeu realizar a exposição *Nossa Senhora do Cabo Espichel – Lendas, Memória e Círio*, patente ao público entre 18 de Setembro e 10 de Outubro de 2004, na Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra.

Nesta perspectiva, surgiu natural o apoio dado à edição do presente ensaio, o qual, mais do que simples complemento à exposição, apresenta, na sábia e esclarecida perspectiva de Manuel Gandra, um novo olhar sobre as Lendas, a Memória e o Círio do Cabo. Está, pois, de parabéns a Comissão de Festas ao publicar *Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel: aspectos mítico-simbólicos*, porque – à falta de uma grande síntese histórica que urge realizar – constitui o melhor contributo dado, a par do opúsculo *Nossa Senhora do Cabo (Resumo Histórico)*, de Raposo Botelho, datado de 1928, com reedição nas festas de 1953, para perpetuar a lembrança do Círio dos Saloios, para, enfim, resgatar das brumas da História a nossa própria *memória colectiva*.

*J. Cardoso Martins*

Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Sintra

## ANTELÓQUIO

Homero, no rasto do *Amenti* dos Egípcios e do Jardim das Hespérides de Hesíodo, sublinha a felicidade dos habitantes da *Hespéria*, localizando nela o Campo Elíseo ou morada dos Bem-Aventurados, o Paraíso de Saturno, símbolo de uma Idade de Ouro perdida, a derradeira das terras (*finisterrae*) antes das Ilhas Afortunadas.

Tais argumentos (a abundância de metais constituiria um outro) explicam por que desde um passado remotíssimo, a partir do Mediterrâneo e médio-Oriente, afluíram à Península Ibérica sucessivas ondas de vida, povos heterogêneos e das mais diversas raças e índoles, almas de eleição atraídas pelos lugares sagrados e centros místéricos, herdeiros da civilização semi-divina de Mu, a Atlântida imortalizada por Platão no *Timeu* e no *Critias*.

São incontáveis os testemunhos aludindo a esse território ocidental, sejam os legados pelos sobreviventes do dilúvio em que terá perecido, sejam aqueles atestando a sacralidade que as gerações vindouras conferiram aos vestígios remanescentes e o desvelo que, pelos séculos fora, puseram na sua preservação. Plutarco, na biografia de Sertório, não deixa mesmo de relacionar com tal tradição a vinda para a Hispânia daquele romano, cuja intenção era terminar os seus dias sem guerras nem tiranias, sob a graça vespertina de Vénus, a guardiã da Ilha dos Amores situada neste extremo do continente.

As peregrinações para as *finisterrae* ocidentais, em direcção ao mar, umas já extintas outras adulteradas, serão, quiçá, uma reminiscência desse *continente* que, uma vez desaparecido teve a sua memória perpetuada na toponímia, nas lendas piedosas e nos ritos praticados no decurso de tais deambulações<sup>(1)</sup>. A implícita ou explícita referência a tão celebrado território, não obstante a perda dos referenciais indispensáveis a uma descodificação consciente da sua semântica e localização primevas, impedem seja remetido, como alguns propõem,

(1) Desconhece-se com rigor quando se vulgarizou a aplicação da designação de *Círios* às romagens estremenhas com destino aos cabos ocidentais, admitindo-se, no entanto, que possa remontar à década de 1730, não obstante o compromisso da confraria de Nossa Senhora da Pederneira (Nazaré), sedeadada na Igreja Nova (Mafra) e datando de 1732, ainda não utilizar o termo. *Círio* é uma vela de dimensão variável, deixada pelos devotos à guarda da divindade no seu santuário, aí permanecendo acesa como ex-voto. Cf. Pedro Pentead, *Peregrinos da Memória*, Lisboa, 1998 e José Alberto Sardinha, *Tradições musicais da Estremadura*, p. 266-267.

(<sup>2</sup>) Avieno (séc. IV a. C.), na *Ora Maritima* (v. 154-157), chama *Oestrymnis* ao ocidente peninsular, o país celeste senhoreado pelos *Oestrymnios*, ditos nautas audazes por Estrabão e Plínio. A *Ora Maritima* foi redigida durante o século IV a. C. tendo à vista um périplo massiliota (Marselha) anterior duas centúrias. Fornece o quadro aproximado da distribuição territorial de alguns dos povos peninsulares da Idade do Ferro. Ver Scarlat Lambrino, *Les Celtes dans la Péninsule Ibérique selon Avienus*, in *Bulletin des Études Portugaises*, v. 19 (1956), p. 17.

(<sup>3</sup>) Aristóteles e os peripatéticos são as mais notáveis excepções à regra. Ao Estagírita, cujos pontos de vista sobre a Atlântida se inferem de duas passagens de Estrabão (II, 102 e XIII, 598), é creditada a afirmação “o homem [Platão] que a sonhou [à Atlântida] fê-la desaparecer”. No âmbito nacional, além de Gaspar Frutuoso, contam-se entre os adversários proeminentes da tese platónica os padres Serafim de Freitas (*Do Justo Império Asiático*, cap. 5, p. 144) e Manuel Bernardes (*Nova Floresta*, v. 2, Lisboa, 1708, título III, XII, § II, p. 122).

para o estrito campo da fábula, da metáfora filosófica ou poética, ou do mero ornamento literário.

Nisso concordam os geógrafos (<sup>2</sup>) com os poetas e com significativo número de filósofos (<sup>3</sup>).

## A ATLÂNTIDA E O CULTO DAS FINISTERRAE ATLÂNTICAS

*Dentro neste nosso mar Oceano, que aqui logo perto entra este rio, contam que havia naquele tempo uma ilha tão abundante e tamanha em terras, rica em cavalos, que dali todo o mundo quase senhoreava: Falavam dela maravilhas grandes.*

BERNARDIM RIBEIRO

É universal a tradição do dilúvio. A camada de *maxne*, *loess* ou *lehm*, espécie de lama, geralmente vermelha, que se encontra em todos os continentes cobrindo vestígios do Paleolítico e a que os geólogos chamam "glaciária", constitui o indício mais flagrante dessa universalidade, uma vez que as glaciações jamais afectaram globalmente o planeta!

Com efeito, a geologia e a geofísica contemporâneas não se opõem a que a tradição do dilúvio corresponda a factos efectivamente ocorridos, conferindo alguma verosimilhança quer à narrativa platónica quer ao episódio bíblico: "[...] os Oceanos actuais [...] são formações recentes [...]. Certos factos permitem supor que a submersão da Atlântida ocorreu em duas etapas. A primeira [...] provavelmente entre 13000 e 10000 a. C.; a segunda, mais importante, entre 9000 e 8000 a. C. [...]", sustenta o cientista russo Nicolas Giroff, baseado nas investigações oceanográficas de C. Emiliani, D. B. Ericson, G. Wollin e V.-M. Lavroff <sup>(4)</sup>.

Em consequência, a realidade da Atlântida só esporadicamente continua a ser questionada, não obstante persista o debate quanto às suas exactas cronologia e extensão, fundado, muitas vezes, nas mais inauditas conjecturas <sup>(5)</sup>.

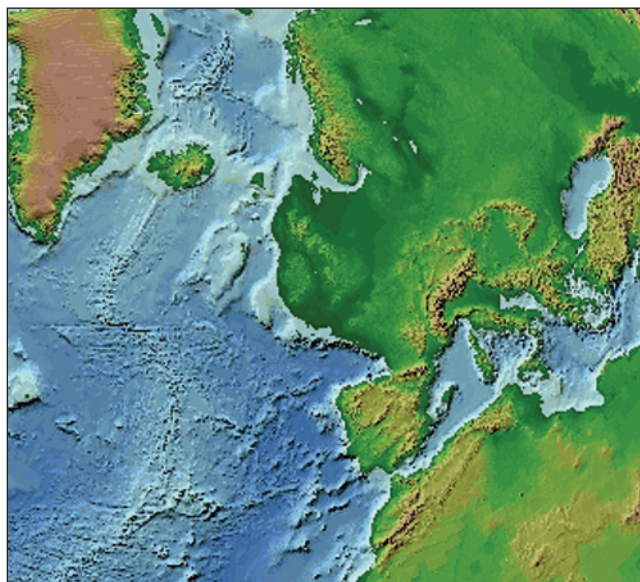
O *Atlantis nesos*, i. e., a ilha Atlântida de Platão, maior que a Líbia e a Ásia juntas (consoante o conceito que delas se fazia no século IV. a. C.) e localizado adiante ou além do *Fretum Gaditanum* (as Colunas de Hércules ou Estreito de Gibraltar), terá abrangido todo o litoral atlântico, desde a

(4) Cf. *L'Atlantide comme réalité scientifique*, in *Musée Vivant* (Jul.-Dez. 1963).

(5) Ver, do subscritor, *Imagens e funções arcaicas do eterno feminino no aro de Mafra*, in *O Eterno Feminino no aro de Mafra*, Mafra, 1994, p. 7-28; *Os Círios ou aspectos do culto da Grande Deusa na Estremadura*, in *Jornadas sobre a Cultura Saloia* (2 e 3 Dezembro de 1994), Loures, 1996, p. 85-119 e *Atlantis: esboço de roteiro sobre as conexões portuguesas*, in *Cadernos da Tradição*, n. 3-4 (Equinócio da Primavera, 2004), p. 339-402.

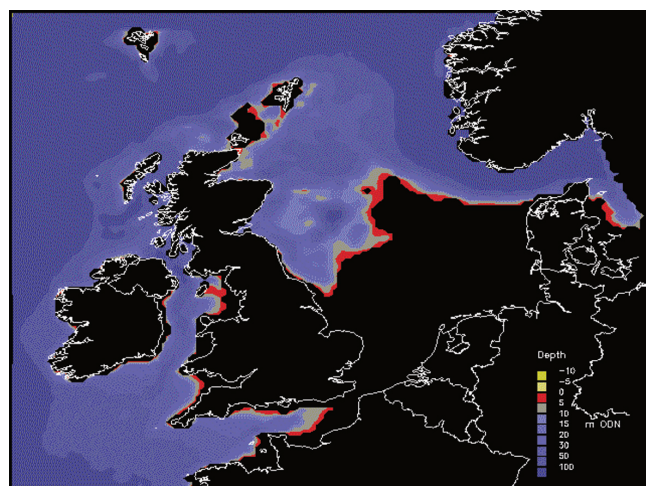
**Mapa paleogeográfico do  
ocidente europeu quando o  
nível médio oceânico  
rondava os -140 metros**

As Ilhas Britânicas e a  
Irlanda faziam parte da  
massa continental, muito  
mais vasta então  
[<http://fermi.jhuapl.edu/globe/>]



latitude da Mauritânia até à da Escócia, limite setentrional do último máximo glaciário (16.000 a. C.), cujos gelos chegaram a atingir cerca de dois quilómetros de espessura.

O nível do oceano, inferior ao actual mais de uma centena de metros, expunha quase por completo as plataformas continentais, tornando o Atlântico de então (cerca de 10.000 a. C.) muito mais estreito que o actual, permitindo a formação de muito mais e muito mais vastas ilhas, das quais, segundo Platão, se podia passar para um continente (a América) que havia além delas. Por seu turno, o litoral atlântico europeu estendia-se para ocidente, em certos casos, algumas centenas de quilómetros, tornando continentais até as actuais Ilhas Britânicas: era possível ir do golfo do Morbihan até Inglaterra a pé enxuto; Brest distava quatrocentos quilómetros da costa e Londres setecentos! E também nesta região subsistem relatos lendários acerca de drásticas súbias da maré e de cidades engolidas pelas águas, como *Ker-Is* ou *Ys*, (segundo a lenda bretã, situada entre a Armórica e o monte de Saint Michel, na Cornualha), e *Lyonesse* (que se diz ter existido entre a Cornualha e as ilhas

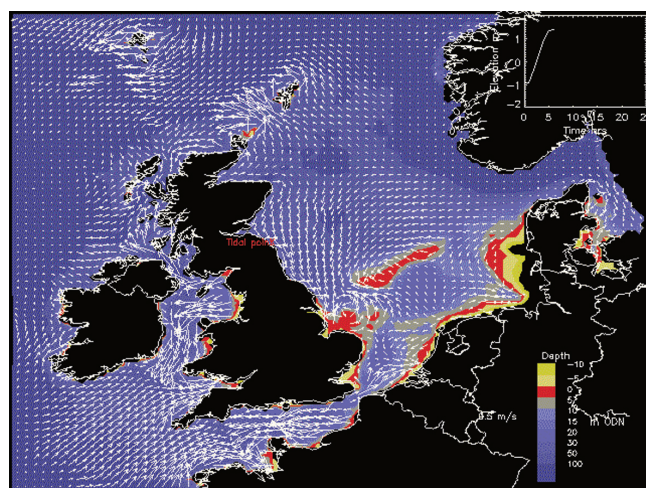


#### Mapas paleogeográficos do Mar do Norte

Cerca de 16.000 a. C., o *Dogger Bank* (Mar do Norte) era terra firme, constituindo um território contíguo às Ilhas Britânicas e unindo estas ao continente.

Progressivamente inundado, mercê da transgressão oceânica iniciada por volta de 10.000 a. C., a maré alta transformava-o numa ilha em 5.500 a. C.

Em 4.000 a. C., já se encontrava totalmente submerso a uma profundidade que rondava os vinte metros.





(6) Com Aristóteles acreditou-se durante quase dois milénios que a Natureza não dá saltos bruscos, evoluindo lentamente, e que o princípio de continuidade rege o nosso mundo. Porém, a experiência demonstra o contrário: sismos, erupções vulcânicas e maremotos provocaram o desaparecimento quase instantâneo de paisagens milenares e o surgimento de outras no seu lugar. Atente-se nos casos da Ilha de Thera ou Santorini (Mar Egeu), em 1500 a. C., e dos Capelinhos (Faial, Açores), em 1957!

(7) Junto à plataforma continental portuguesa, o nível do mar atingiu a cota actual entre 3 000 e 1 000 a. C., aproximadamente. Cf. J. M. Alveirinho Dias / Aurora Rodrigues / Fernando Magalhães, *Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos*, in *Estudos do Quaternário*, v. 1, (1997), p. 53-66; Conceição Freitas e César Andrade, *Evolução do litoral Português nos últimos 5000 anos*, in *Al-madan*, s. 2, n. 7 (Out. 1998), p. 66.

Scillies, unindo este arquipélago do Sudoeste de Gales com o cabo do Fim do Mundo).

A catástrofe que destruiu a Atlântida foi, eventualmente, causada pelo impacto de um cometa ou de um *Objecto Apolo* (espécie de asteroide, cujo periélio é contido pela órbita da Terra) em pleno Atlântico ou, mais provavelmente, nas Antilhas (próximo de Porto Rico). O cenário decorrente terá causado o aquecimento global do planeta, provocante de uma deglaciação abrupta e de um súbito, inesperado e devastador dilúvio, em virtude da devolução aos oceanos das águas retidas nos glaciares <sup>(6)</sup>.

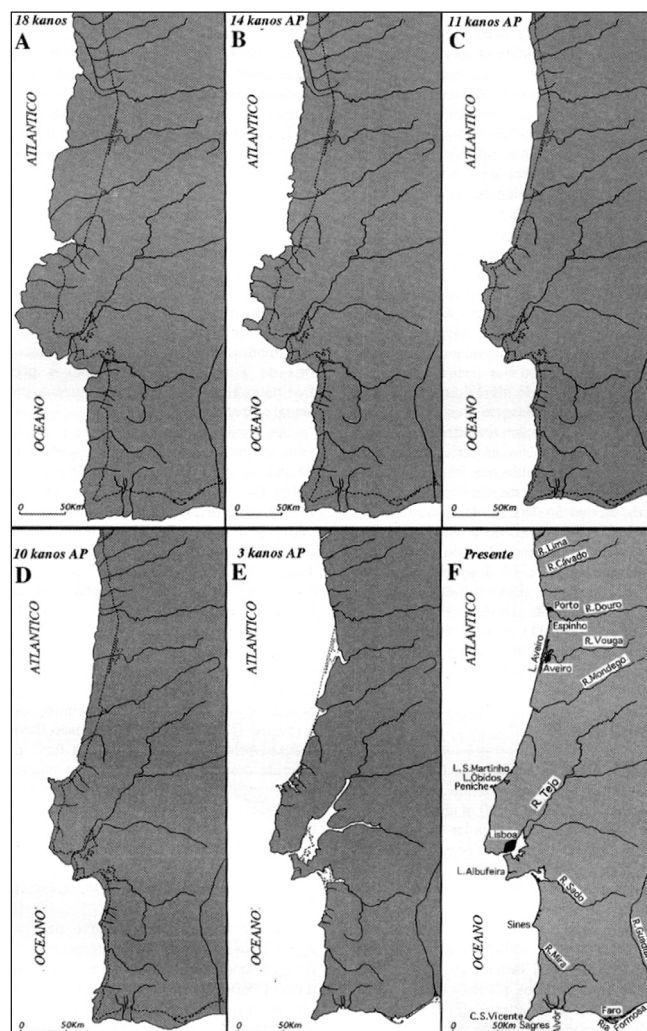
Em consequência da inundação diluviana que originou a lenda do afundamento, o conjunto de povos que habitava a Atlântida terá sido afectado por sucessivos desastres orogénicos, acompanhados por transgressões marinhas, erupções vulcânicas e alterações climáticas <sup>(7)</sup>.

O fenómeno terá sido de tal modo rápido que os processos costeiros não terão conseguido destruir por completo as formas sedimentares litorais da fase anterior. Quando o Atlântico atingiu a cota actual (entre 3.000 e 1.000 a. C., aproximadamente) a configuração do litoral português era radicalmente diferente da actual, caracterizando-se pela predominância de arriba rochosa, por estuários amplos e por uma linha de costa extremamente recortada.

O ritmo acelerado da deglaciação decerto induziu desequilíbrios isostáticos significativos, cujos reajustamentos variaram consoante a região. Mercê dos desequilíbrios hidro-isostáticos, mais intensos junto ao bordo da plataforma continental, é plausível admitir uma tendência para a ocorrência de fenómenos tectónicos do tipo báscula, cujas tensões, terão, provavelmente, sido aliviadas mercê da movimentação de falhas pré-existentes.

As comunidades mesolíticas, surgidas de tais convulsões como uma aurora brusca, poderão ser justamente consideradas a sua solução de continuidade.





**Cartas ilustrativas da migração da linha de costa em direcção ao continente no território português**  
(segundo J. M. Alveirinho Dias / Aurora Rodrigues / Fernando Magalhães, 1997).

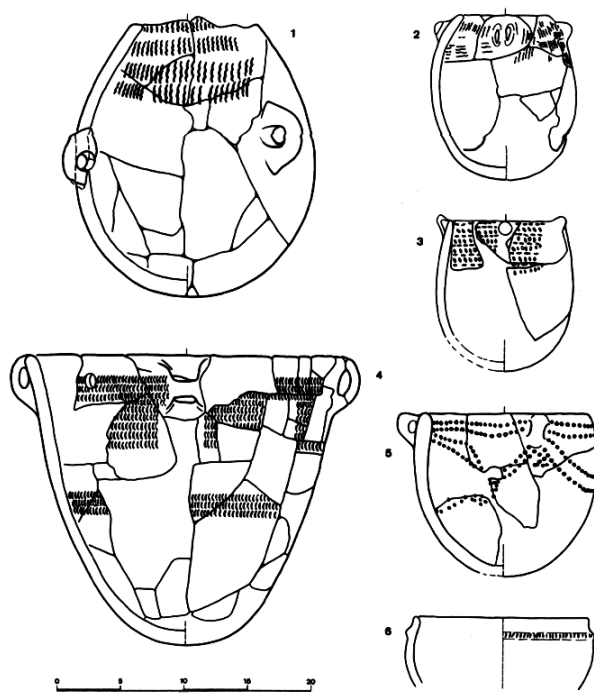
É consensual, de resto, a assunção de que na raiz do Mesolítico, época de transição entre o Paleolítico e o Neolítico, está um fenómeno geoclimático (o qual inaugurou uma nova era geológica, denominada Holocénico) e de que os grupos humanos que sofreram tal tribulação se viram confrontados de forma duradoura (durante mais de dois milénios) com ambientes em rápida e permanente mutação, cuja verdadeira amplitude ainda não logrou uma cabal interpretação.

(8) Na Gruta do Caldeirão (Tomar) foram encontrados pendentes fabricados a partir de conchas de *Glycymeris glycymeris* e de *Hinia pfeifferi*, seguramente provenientes do litoral, o que, se confirma uma grande mobilidade das populações e a existência de contactos inter-regionais e a longa distância para obtenção de matérias-primas e artefactos, também serve à demonstração da possibilidade de algumas dessas deslocções sazonais serem orientadas para os cabos ocidentais. A concretização de visitas desse tipo daria ensejo à obtenção de objectos consagrados por parte dos viajantes, no caso vertente fauna malacológica, como a vieira (*Pecten maximus* Linnaeus), ainda hoje obrigatoriamente recolhida pelos peregrinos de Santiago de Compostela, por exemplo.

(9) Investigações recentes (1981) concluíram que seria necessária uma acumulação de conchas e moluscos muito superior à contabilizada nos concheiros para viabilizar a dependência calórica de um pequeno grupo familiar. A análise osteológica dos cadáveres inumados dos concheiros, bem como os testemunhos faunísticos detectados, revelam um consumo regular de vegetais, de crustáceos, de peixes, de mamíferos e de aves.

Uma vez minimamente estabilizado o nível médio dos mares, o clima, bem como os demais factores indispensáveis à sobrevivência humana, imediatamente o hiato sedimentar seria interrompido, assistindo-se à adopção por parte das populações do ocidente peninsular de padrões de organização comunitária que denotam um notável grau de sofisticação. É nesse contexto que os denominados *concheiros* ganham enorme relevância testemunhal, porquanto ao invés da tese que faz escola há mais de uma centúria (desde aproximadamente 1863, quando foram detectados os de MUge!), tais estruturas não são meras concentrações caóticas de conchas (“restos de cozinha, lançados a esmo durante largos períodos de tempo”!), antes lugares de tumulação ritual e de culto aos defuntos de uma humanidade cuja persistente relação com a água e respectivos recursos parece não merecer contestação, até pela ocorrência da denominada *cerâmica cardial* (decorada com a concha do *Cardium edule*), ainda em contextos de transição do Mesolítico para o Neolítico Antigo português (8). Nessa perspectiva, as conchas (e não apenas as por abrir) ritualmente depositadas sobre os despojos fúnebres encontrados em concheiros seriam, realmente, uma forma de mantimento, porém, destinado ao além e não a esta vida (9). Creio mesmo tacitamente demonstrada a crença dos homens e das mulheres dos concheiros na imortalidade individual, senão como explicar os cadáveres em posição fetal, os dispostos em semicírculo (sem sobreposições) como no concheiro de Vale de Romeiras, os circundados por fogo ligeiro, ou os polvilhados com ocre, um substituto do sangue, substância que os espíritos procuram avidamente?

Aliás, o integrismo funcionalista da generalidade das teses arqueológicas a respeito do Mesolítico, consagrado, por exemplo, na caracterização dos micrólitos geométricos, sua utensilagem mais característica (fabricada, designadamente, em quartzo esbranquiçado, hialino, ou mesmo em quartzite), como probatória da involução dos seus fabricantes e utentes ou da época de recessão em que viviam, suscita-me uma dúvida: será que os epígonos de tais teses também consideram a sua própria uma época de involução e



Alguns exemplos de cerâmica cardial

de recessão, simplesmente em virtude da omnipresença de transistores e de *chips* no seu quotidiano?

Sendo o padrão de distribuição do Neolítico Antigo português fundamentalmente costeiro (Figueira da Foz, São Julião, Sagres, etc.), que se poderá inferir da sua detecção entre os testemunhos mais antigos da Arte do Vale do Tejo? Ou em pleno Alentejo: na Gruta do Escoural (Évora); no complexo de menires e cromeleques edificado no corredor Montemor-Évora-Reguengos de Monsaraz, igualmente datável, segundo o arqueólogo Manuel Calado, do mesmo período; e até em contextos dolménicos, em cujos espólios ocorrem com frequência o *micrólito trapezoidal tardenoisense* e o bracelete redondo da concha *Glycymeris glycymeris* <sup>(10)</sup>?

Uma das soluções mais plausíveis apontará as populações mesolíticas das penínsulas de Lisboa e de Setúbal como

<sup>(10)</sup> Cf. Vera Leisner, *Micrólito do tipo tardenoisense em dólmenes portugueses*, in *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, v. 2, Lisboa, 1970 e Georg Leisner, *A cultura eneolítica do sul da Espanha e suas relações com Portugal*, in *Arqueologia e História*, s. 8, v. 1 (1945).

(11) Ficará, deste modo, explicada a rarefação de povoados remontando ao Neolítico Antigo nas proximidades desses santuários megalíticos. Tanto o arranque do megalitismo funerário (antas), como o povoamento quase ubíquo do Alentejo Central parecem datar do IV milénio a. C., aquele da primeira metade, este a partir da segunda. Cf. Manuel Calado, *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*, Lisboa, 2001.

responsáveis pela colonização e neolitização do interior alentejano, explicada por Manuel Calado “pela deslocação temporária [dos segmentos mais activos das populações dos concheiros], provavelmente no âmbito de um calendário ritual” (11).

Quem seriam, então, essas populações dos concheiros, supostamente primitivas, porém capazes de singulares proezas tecnológicas (micrólitos geométricos) e arquitectónicas (megalitismo), cuja concretização supõe e denuncia conhecimentos astronómicos que desafiam o obscurantismo pedante e a hipocrisia dos adeptos do corporativamente estatuído? E, questão não menos pertinente, qual o motivo por que as actuais penínsulas de Lisboa e Setúbal assumiram um papel tão preponderante no processo, aparentemente, liderado pelas suprerreferidas comunidades?

\* \* \*

(12) *Mu* é a designação egípcia do continente cuja tradução para grego deu *Atlantis*. Convém, portanto, não confundir *Mu* com a Lemúria, outro continente mítico, mas sedado no Oceano Pacífico. É este, de resto, o único óbice apontável às obras de James Churchward, em regra úteis e fiáveis.

A destruição da Atlântida terá impressionado deveras os egípcios de uma forma geral, mas, muito particularmente, Psenophis de Heliópolis e Sonchis de Saïs que transmitiram, cerca de 590 a. C., o relato a Sólon, o qual o anotou traduzindo os nomes da língua egípcia para a grega. Os habitantes de *MU*, que os helenos denominaram atlantes, eram nele creditados pelos aludidos sacerdotes como detentores de uma brilhante civilização, capaz de competir com outras talassocracias pela supremacia do Mediterrâneo (12).

Radicais indígenas (*CN* ou *KN*) persistiriam na nomenclatura adoptada por gregos e latinos para transliterar os fonemas bárbaros pelos quais se nomeavam os descendentes dos atlantes. Assim, aos povos saídos do cataclismo, por conseguinte provenientes do mar ou do lugar que o mar (*OKeaNos*) ocupou, chamaram os gregos [O]*CoNĩ*[i] (Cónios) ou [O]*KyNesioi* (Cinetes), os *oceânicos*, aliados de Poseidon.

Com efeito, o paralelismo entre o texto platónico e as condições peninsulares parece evidente. A riqueza em metais

(ouro, estanho e cobre), a abundância de vegetação e produtos naturais, a quantidade de cavalos e a importância cultural do touro, a influência do Zéfiro proveniente do Oceano, os jogos gímnicos e hoplíticos e as navegações dos *oestrymnicos*, são apenas alguns dos aspectos a ter em conta. O professor Mendes Correia chegaria mesmo a sustentar que o nome de *Elasippos*, um dos filhos da quarta geração de *Poseidon* e *Kleitós*, constituiria uma menção expressa a Lisboa nos diálogos do discípulo de Sócrates <sup>(13)</sup>.

Tragada a pátria dos antepassados pela água viva e drasticamente recuada a linha de costa, a reminiscência do paraíso perdido impeliu as novas gerações para as terras que mais avançavam oceano dentro. Os promontórios atlânticos tornaram-se, nesse contexto, objecto de veneração, sítios cuja magia atraía e onde o mistério era segredo aos iniciados.

Diversos locais do litoral atlântico peninsular poderão reivindicar para si o cenário também vagamente descrito por Bernardim Ribeiro <sup>(14)</sup>. Porém, em nenhum outro rincão da orla marítima ocidental essa nostalgia atingiu a densidade rastreável no Cabo Espichel, cuja vizinhança, Tubal, neto de Noé, elegeu para fundar Setúbal, iniciando assim o povoamento de toda a Hispânia, segundo a opinião divulgada por Santo Isidoro de Sevilha, acolhida na *Crónica do Mouro Razis*, transmitida à tradição monástica portuguesa de quinhentos e de meados do século seguinte <sup>(15)</sup> e exposta por eruditos de renome, como Manuel Faria e Sousa <sup>(16)</sup>.

Lendas piedosas, suplantando os marcos efémeros da história, são, como sempre foram, as custódias do mito.

Convirá recordar a lenda justificativa da devoção a Nossa Senhora de Mua, conforme no-la reporta o *Santuário Mariano* de frei Agostinho de Santa Maria: "[Cerca] de 1215 pouco mais ou menos [...] uma nau em direitura a Lisboa, no fim de alguns dias estando já na altura de Lisboa, não longe da costa lhe anoiteceu, e sobreveio juntamente uma tão terrível tormenta, e com uma cerração tão obscura que todos se davam por perdidos. A cada instante julgavam tocar em um

<sup>(13)</sup> *As novas ideias sobre a Atlântida*, in *A Terra*, 1934; *A Atlântida e as origens de Lisboa*, in *Da Biologia à História*, Porto, 1934. A opinião é partilhada por Cardim Ribeiro com uma variante, já que aceitando a equação *Tartessus* = Atlântida, defende doravante que *Olisipo* e seu município integrariam uma comarca de *Tartessus*.

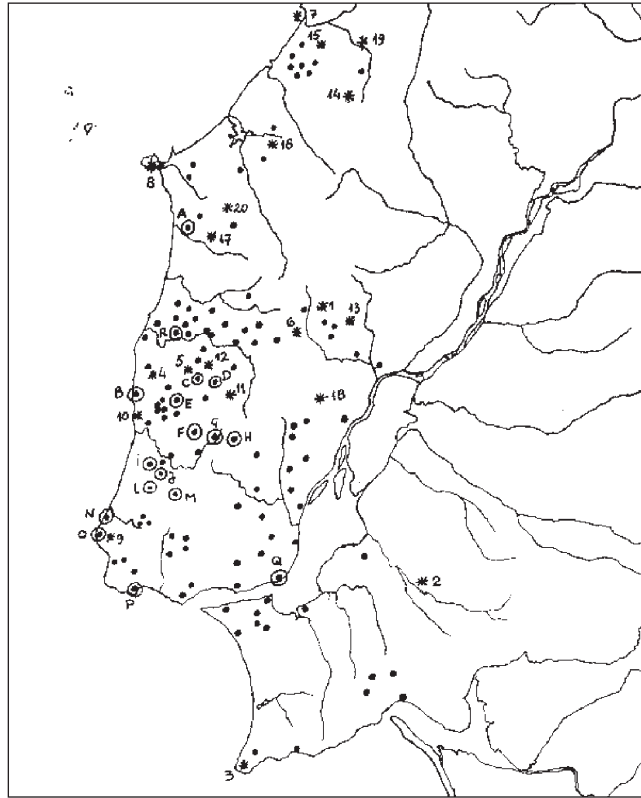
<sup>(14)</sup> *Menina e Moça*, parte II, cap. I.

<sup>(15)</sup> Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*, cap. I, XXII. Esta fábula etnogénica baseia-se numa cronologia abusivamente atribuída a Beroso, publicada por Annio de Viterbo, em 1489. Do mesmo modo é assacada a Elisha (de onde a expressão Campos Elíseos), filho de Javan, neto de Japeto e bisneto de Noé a fundação de Lisboa e Évora, cf. Schulten, *Fontes*, I, 127. No *Livro dos Jubileus* descreve-se a herança da Península a favor de Japeto e Ham. Adolfo Schulten, *Fontes*, II, 149, citado por Arlindo de Sousa, *O nome de Lisboa*, 1948, p. 5.

<sup>(16)</sup> *Europa Portuguesa*, cap. I, IX.

# **Carta da distribuição dos círios estremelhos**

A maior concentração de círios localiza-se, *grosso modo*, entre os paralelos da Nazaré e do Cabo Espichel e o Tejo, constituindo a localidade da Igreja Nova (Mafra), um dos seus mais notáveis epicentros. Vizinha e herdeira do povoado pré e protohistórico do Lexim, cabe-lhe a incumbência de respeitar diversas "promessas colectivas", assumidas num passado necessariamente longínquo, com as titulares de diferentes santuários (Cabo, Nazaré, etc.), as quais obrigariam a grandes deslocações e permutas cíclicas com "santuários intercalares" de comunidades irmanadas, a que nenhum clã ou família se poderia eximir, sob pena de comprometer a vitalidade, harmonia e coesão da *gens* correspondente. As lendas de fundação que legitimam tais devoções associam, invariavelmente, essas divindades tutelares, regra geral femininas, ao oceano (matriz primordial e meio amniótico materno), a mães de água ou a pedras que "destilam".



baixo ou despedaçar-se a nau naquela brava costa; porque além de serem [como estrangeiros] pouco versados nela com a grande obscuridade da noite, não sabiam onde estavam, nem ainda que o soubessem, lhes podia aproveitar pelo desmalado furor dos ventos, e braveza dos mares, que não deixavam que a nau obedecesse ao leme. Todos os que vinham nesta nau eram cristãos e católicos, como o eram então todos os Ingleses e entre eles vinha um Religioso Eremita de meu Patriarca São Agostinho chamado Haildebrant, que devia ser Capelão da nau, ou de um fidalgo, que também ali vinha, chamado Dom Bartolomeu. Trazia este bom Religioso consigo uma Imagem de Nossa Senhora, com que tinha especial devoção [...] a foi buscar no seu camarote para se recomendar a ela, e a pedir-lhe que lhe valesse, e a todos os mais que vinham na nau. Mas não a

achou no lugar em que a trazia [...]: começou a dar vozes ao céu para que lhe valesse naquele grande aperto, em que ele, e todos se achavam pedindo-lhe valesse: o mesmo fizeram os mais desamparando o governo da nau, pondo-se de joelhos em oração e pedindo com lágrimas a nosso Senhor que lhes acudisse, interpondo o socorro de sua Santíssima Mãe. Eis que de improviso viram em um alto uma grande luz, que no meio daquela escura noite lhe alumia a nau e a viram como o podiam fazer com a luz do sol em um claro dia. Após isto se sossegaram os mares, abrandaram as ondas e se amansaram os ventos, pondo a nau em sua tranquila bonança. Entenderam por estes sinais ser do céu aquela luz, e aquela maravilha e assim animados e seguros navegaram para ela, até que vendo-se junto da costa lançaram ferro e se deixaram estar surtos até amanhecer o dia dando muitas graças a Deus, que de tão evidente perigo, os havia livrado. Notaram a luz que os guiara e o lugar onde aparecera, para que tanto que fosse claro o dia, irem saber o que aquilo era. Chegou a manhã e saindo a terra Haildebrant com alguns dos principais da nau e subindo ao lugar notado, em que tendo visto a luz, descobriram a mesma imagem da Rainha dos Anjos, que o religioso padre Haildebrant trazia no seu camarote e que lhe havia falado dela na ocasião da tormenta em que buscava. Admirados todos de tão grande maravilha e agradecidos juntamente à Senhora pelo singular benefício, que lhes fizera não cessavam de dar graças a Deus e também sua Mãe Santíssima. Consideraram, que o achar-se a Santa Imagem em aquele lugar milagrosamente era mostrar-lhes que tinha feito eleição dele, e que ali queria ser venerada e assim se resolveram a não tirar daquele sítio sendo o principal voto desta deliberação o do nosso eremita Haildebrant, de quem era a Santa Imagem. E para que ficasse decentemente naquele lugar, com esmolas que juntou dos companheiros, e com licença do Bispo de Lisboa, lhe edificou boa Ermida em o mesmo lugar, e junto a ela uma cela, ou aposento para si, e para Dom Bartolomeu, que o quis acompanhar naquela solidão tão áspera [...]" (17).

(17) *Ob. cit.*, 1707, livro 2, título 72.

Curiosa é a circunstância de o nome do eremita *Haildebrant* ser uma derivação do de São Brandão, reputado monge que





**Ermida da Memória no Cabo Espichel**

<sup>(18)</sup> Outrora, o círio do Cabo atravessava o Tejo, embarcando em Santo Amaro e desembarcando no Porto Brandão...

navegou em busca do paraíso, tal como Santo Amaro, e ambos terem o seu nome perpetuado no périplo do mais importante círio de toda a Estremadura portuguesa <sup>(18)</sup>!

Segundo outra versão da lenda, o privilégio da descoberta do santuário é partilhado por um velho de Alcabideche e uma velha da Caparica, os quais deslumbrados por um sonho em que admiraram uma Luz esplendorosa sobre o Espichel, convergiram para ali, sem conhecimento recíproco, encontrando-se no local que se havia de tornar o destino do Círio anual em honra de Nossa Senhora da Pedra da Mua.

A invocação Pedra da Mua é justificada por a mula ou muar que galgara o precipício conduzindo a imagem no dorso ter deixado impressas, afirma-se, as suas pegadas nas rochas sedimentares da encosta a pique.



Todavia, o que nesta se observa são numerosas pistas de dinossáurios, só justificáveis no seu estado actual se autorizadas pela radical alteração da tectónica do lugar.

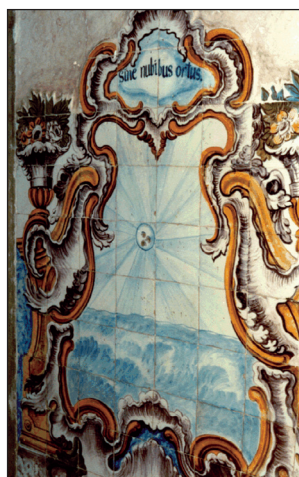
Quem quer que tenha delineado o registo de azulejo, remontando ao século XVIII e integrado na face Sul da *Ermida da Memória*, que assinala o sítio da aparição, tencionava não deixar dúvidas quanto ao conhecimento dessa realidade e de que tal invocação se destinava a perpetuar a memória de MU. É com sibilina ironia que se dirige àqueles cujos olhos não enxergam por não olharem para o que estão vendo, socorrendo-se do *Evangelho de São João* no passo (IX, 32) que afirma: "[...] desde que há mundo nunca se ouviu que alguém abrisse os olhos a um cego de nascença".

Todavia, outros indícios se mostram nas localidades de origem do casal de anciãos. Com efeito, na matriz do Monte da Caparica - ou da Capa Rica que, encerrando, como quer a lenda, um tesouro, encobre igualmente o segredo que lhe dá acesso - são observáveis dois retábulos azulejares os quais, significativamente, têm o dilúvio universal por tema .

Por seu turno, Alcabideche não fornece menos matéria para reflexão. Um monumento contíguo à Quinta dos Cinco Ventos, erigido sob a supervisão do consagrado historiador de arte Major Santos Simões para, alegadamente, comemorar



**Ermida da Memória**  
Registo de azulejo  
ostentando a referência ao  
*Evangelho de S. João*, IX, 32:  
"A saeculo non est auditum"



**Igreja Matriz do Monte da Caparica**  
Retábulos azulejares  
alusivos ao dilúvio  
universal.

a realização, em 3 de Outubro de 1965, do 1º Congresso Internacional de Molinologia e, concomitantemente, celebrar o poeta muçulmano Ibne Mucane Alisbuni, reenvia para o cerne do enigma. Numa estela votiva lê-se um trecho do *Poema de Alcabideche*, composto no século XI pelo homenageado:



**Alcabideche**  
Monumento em homenagem  
a Ibne Mucane



"... SE ÉS HO  
MEM DECIDIDO  
PRECISAS DE UM MO  
INHO QUE TRABALHE  
COM AS NUENS SEM  
DEPENDERES DOS  
REGATOS ..." (19).

(19) *Portugal na Espanha Árabe*,  
v. 4, p. 335-336.

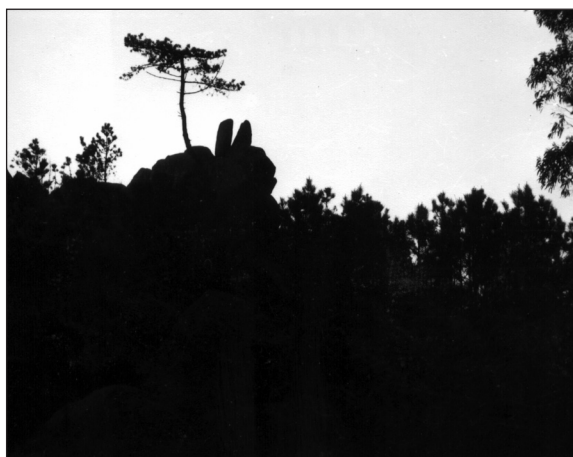
De uma análise, mesmo que superficial, ressaltará imediatamente a circunstância de a divisão silábica da palavra Moinho conferir notoriedade à sílaba *MO*. Contudo, até o próprio nome do poeta evocado denota a sobrevivência da tradição atlante, ou não se chamasse ele Filho, Herdeiro ou Descendente do Rei de *MU*, conforme o literal significado de *Ibne Mucane*.

Entretanto, se se atender à orientação do monumento (actualmente enterrado pelos acessos rodoviários a um centro comercial), em definitivo se poderá concluir que não é

plausível invocar o acaso como pretexto para justificar tão anômalo consórcio de "coincidências".

Com efeito, prolongando o eixo deste inequívoco portal na direcção da Serra de Sintra, a vista do observador será p r e c i s a m e n t e conduzida a uma das inúmeras colinas basálticas (*Pedra Branca*) que a constituem. Ver-se-á então confrontado com um colossal coelho megalítico (o qual há quem teime em classificar de mero f e n ó m e n o geomorfológico), relíquia astrolátrica perdurando desde há milénios numa região desde sempre associada a cultos siderais.

**Serra de Sintra**  
Coelho megalítico da Pedra Branca



A uma investigadora britânica, Vera Jane Gilbert, afigurou-se existirem analogias transatlânticas na representação zoolátrica da mesma constelação, bem como nas formas proto-linguísticas usadas para a nomear <sup>(20)</sup>.

Assim, a confirmar-se a hipótese, cada dia que passa mais consistente, da comunidade cultural entre os habitantes de ambas as margens do Atlântico, das duas uma, ou mantiveram contactos num passado difícil de precisar ou, com maior verosimilhança, são raças saídas de uma mesma humanidade expulsa do seu paraíso, em sentidos opostos, por inesperado cataclismo.

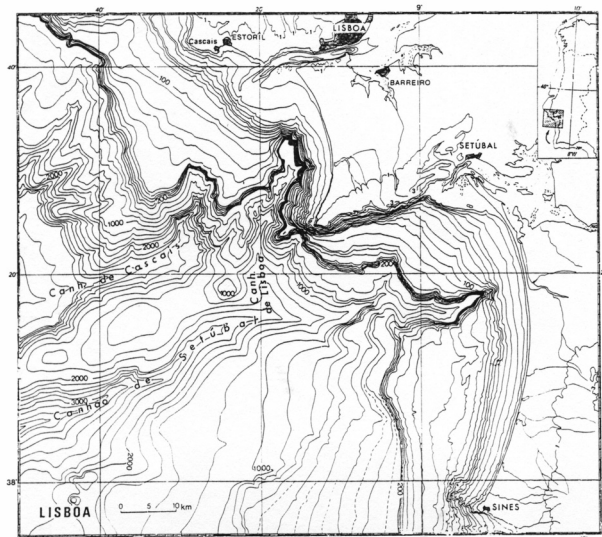
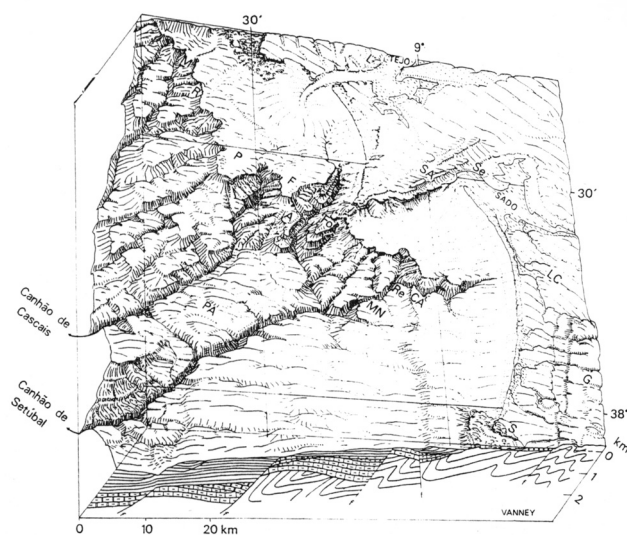
Tal é, pelo menos, o que os mitos dos indígenas brasileiros deixam entrever <sup>(21)</sup>. De resto, no continente Sul-Americano também ocorre toponímia MU <sup>(22)</sup>.

<sup>(20)</sup> Ver *The importance of the South-American toponymy and faunal nomenclature as evidence of the world-wide diffusion of a common ancestral tongue*, in *Atti del Internazionale degli Americanisti*, Roma-Génova, 1972; *A Transatlantic origin for the Zodiac?*, in *XLII International Congress of Americanists*, Paris, 1976.

<sup>(21)</sup> A. Lopes Mendes, *O Oriente e a América: apontamentos sobre os usos e costumes dos povos da Índia Portuguesa comparados com os do Brazil*, Lisboa, 1892, p. 19.

<sup>(22)</sup> Mu, Muaná e Muaco são rios brasileiros.

Cartas batimétricas da  
região Lisboa-Setúbal





## O CABO ESPICHEL SOB O PONTO DE VISTA OROGÉNICO

A geologia sustenta que a actual serra da Arrábida, cuja formação se iniciou durante o Miocénico, é o remanescente de uma ilha ou de uma cordilheira outrora mais extensa para Sul e ocidente.

Os vales submarinos de Albufeira ou de Lisboa (1600 m de profundidade e 28 Km de extensão) e de Setúbal (35 km de extensão) constituem fracturas transversais que atestam os limites da cordilheira da Arrábida.

Segundo C. Freire de Andrade a tectónica do Vale do Tejo e dos vales submarinos ao largo da Costa da Caparica têm relação com as nascentes termo-minerais de Lisboa.

Conforme a *Monarquia Lusitana* (parte I, liv. 4, p. 3), a Torre de Outão (Setúbal) sucedeu a um Templo dedicado a Neptuno.

Não oferece dúvida que a devoção a Nossa Senhora da Pedra de Mua, de Mu ou do Cabo é remotíssima e muito anterior a 1414, ano em que Dom João I fez doação de terrenos no *Sítio* do Cabo Espichel para que o culto pudesse dispôr de Casa condigna, a ermida de Santa Maria da Pedra de Mua, edificada no "próprio lugar onde a milagrosa imagem de Nossa Senhora do Cabo se manifestou aos venturosos velhos de Caparica e de Alcabideche e em que primeiro foi venerada [...]".



1.



2.

### 1. Lapa do Fumo

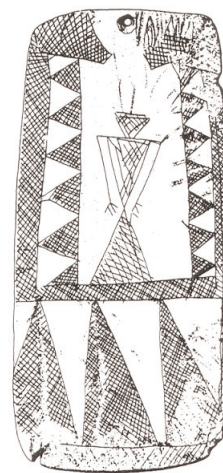
Singular artefacto de ardósia, equiparável a uma placa de xisto.

### 2. Lapa do Bugio

Par de coelhos unidos pelas patas traseiras

### 3. Lapa do Bugio

Placa de xisto com representação de um ídolo almeriense.



3.

(23) Henri Breuil, *Contribution à l'Étude des Terrasses Quaternaires au Portugal*, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 17, n. 1-4, (1959), p. 9-12; Paul Choffat, *Mudança de nível do Oceano*, 3. *Cabo Espichel*, in *O Arqueólogo Português*, v. 10 (1905), p. 193-194; H. Breuil / M. Vaultier / G. Zbyszewski, *Les plages anciennes portugaises entre les caps d'Espichel et Carveiro et leurs industries paléolithiques*, in *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français*, v. 9, n. 1 (Jun. 1942), p. 92-98; Francisco Sande Lemos / J. P. Monteiro, *A propósito das indústrias de seixos afegados do concelho de Sesimbra: esboço de uma ficha analítica descritiva*, in *Setúbal Arqueológica*, v. 1 (1976), p. 25-43; Carlos Penalva, *Ensaio de correlação do fácies Lusitaniano com as indústrias do Marrocos Atlântico*, in *Com. Ser. Geológicas de Portugal*, Lisboa, 1978, p. 528-529.

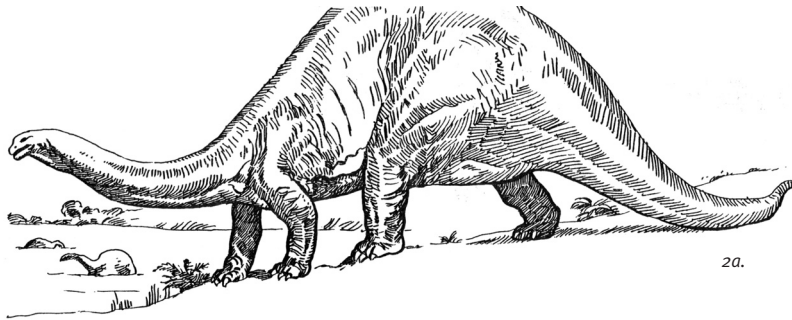
(24) João Luís Cardoso, *Sobre o idolo de calcário "pinhas" do calcolítico da Estremadura: algumas considerações sobre 2 exemplares da Lapa do Bugio (Sesimbra)*, in *Sesimbra Cultural*, n. 1 (1991), p. 6-14; idem, *A Lapa do Bugio*, in *Setúbal Arqueológica*, v. 9-10 (1992), p. 89-225; O. Veiga Ferreira / G. Zbyszewski / R. Monteiro, *Uma notável placa de xisto encontrada na Lapa do Bugio (Azóia)*, in *Rev. Guimarães*, v. 77 (3-4), (Jul.-Dez. 1967), p. 3-8; idem, *Nota preliminar sobre a Lapa pré-histórica do Bugio-Azóia, Sesimbra*, in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, v. 1 (1971), p. 107-120; Vitor dos Santos Gonçalves, *Sobre o neolítico na Península de Setúbal - II. A propósito de duas placas de xisto da Lapa do Bugio*, in *Actas das I Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1969), v. 1, 1970; Agostinho Farinha Isidoro, *A Lapa do Bugio: Navegação pré-histórica da Azóia*, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 19, n. 1 (1963), p. 69-70; idem, *Estudo do espólio antropológico da Gruta Neo-Enolítica do Bugio - Sesimbra*, *ibidem*, v. 19, n. 3-4

Na região são inúmeros os vestígios sedimentados de práticas arcaicas ritualizadas, que recuam ao Paleolítico (praias do Tirreniano I e do Siciliano II) (23) e se estendem à época medieval.

No entanto, é sob o próprio santuário que os sinais dessa presença são mais evidentes, designadamente nas sagradas Lapas do Bugio (Estação Isabel) e do Fumo, ambas apenas muito dificilmente acessíveis pela alcantilada escarpa costeira. Na primeira que, entre outros artefactos eneolíticos, tipicamente megalíticos (cerca de 3000 a. C.), forneceu um par de coelhos unidos pelas patas traseiras e ídolos placa, cilíndricos e um almeriense (oriundo da Andaluzia, que pelos vistos também peregrinava para o Espichel), foi realizada uma descoberta surpreendente: junto à entrada, um esqueleto, cujo crâneo fitava o mar, fora intencionalmente desmembrado e os ossos serrados (ritual isíaco?) (24). Na outra mais ossadas humanas intencionalmente serradas, vasos globulosos do Neolítico Antigo, cerâmica campaniforme e argárica, com ornatos a cores (só comparável a outra recolhida na gruta do Vimeiro, juntamente com um capacete celta), datável da Idade do Ferro, e medieval, designadamente do período muçulmano, também representado por oitenta quirates (moedas muçulmanas) cunhados em Silves, que se verificou haverem sido lançados sobre as sepulturas de presumíveis santões venerados pelo Islão (25).



1.



2a.

Subjacente a tudo isto, a existência de diversas pistas de dinossáurios, assimilados na lenda da aparição às pegadas deixadas pela *burrinha* (a MUar!) que transportou a Imagem da Senhora encosta acima <sup>(26)</sup>.



2b.



2c.



2d.

**1. Cabo Espichel**  
Uma das pistas de dinossáurio observável.

**2. Cabo Espichel**  
Algumas das espécies de dinossáurios cuja presença foi detectada.  
Desenho de Álvaro Duarte de Almeida.

2a. Camarasáurio  
2b. Campossáurio  
2c. Anquilossáurio  
2d. Iguanodonte  
2e. Estegossáurio



2e.

(1964), p. 221-284; idem, *Epítio Arqueológico da Gruta do Bugio*, in *ibidem*, v. 20, n. 3-4 (1968), p. 347-354; R. Monteiro / Eduardo da Cunha Serrão, *Estação Isabel: nevípole pré-histórica da Azóia*, in *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, v. 1, 1958, p. 407-429; idem, *Nota preliminar sobre a Lapa pré-histórica do Bugio*, in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, v. 1, Coimbra, 1971; E. da C. Serrão, *As grutas de Sesimbra - II. Duas grutas da região de Sesimbra contendo materiais arqueológicos atribuíveis à cultura do vaso campaniforme*, vistas pelo arqueólogo Octávio da Veiga Ferreira, in *Bol. do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*, v. 1 (1967).

<sup>(26)</sup> Eduardo da Cunha Serrão, *Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo - Sesimbra com ornatos coloridos e brimidos*, in *Zephyrus*, v. 9, n. 2 (1958), p. 177-186; idem, *Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo - Sesimbra*, in *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*, v. 1, 1958, p. 337-359; idem, *As grutas de Sesimbra - II. Duas grutas da região de Sesimbra contendo materiais arqueológicos atribuíveis à cultura do vaso campaniforme*, vistas pelo arqueólogo Octávio da Veiga Ferreira, in *Bol. do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*, v. 1 (1967); idem, *A Lapa do Fumo*, in *Geographica*, 4, n. 15 (Julho 1968), p. 69-92; idem, *As cerâmicas de retícula brimida das estações arqueológicas espanholas e com ornatos brimidos da Lapa do Fumo*, in *Actas das 1.ª Jornadas de Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, 1969, v. 2 (1970), p. 271-307; idem, *A Lapa do Fumo*, in *Aspectos e Métodos da Pré-história*, Porto, 1978, p. 27-45; E. da Cunha Serrão / G. Marques, *Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo - Sesimbra*, in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, v. 1, Coimbra, 1971, p. 121-142; E. da Cunha Serrão / E. Prescott Vicente, *Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas: métodos empregados*, in *Actas e Memórias*

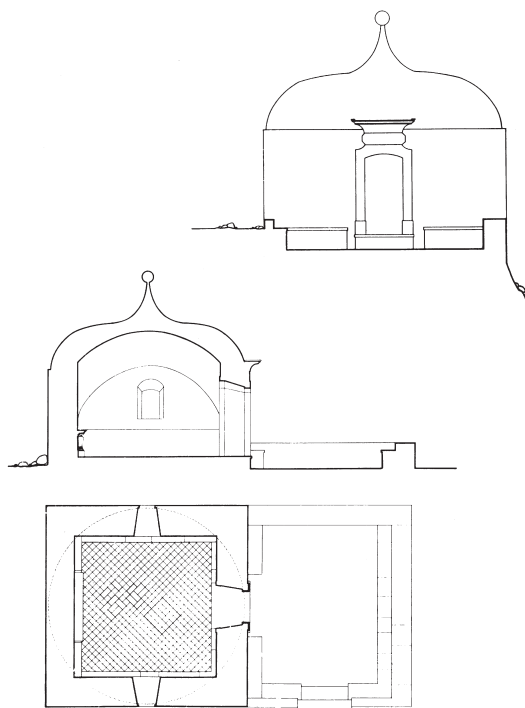


do 1 Congresso Nacional de  
*Arqueologia*, v. 1, 1959,  
p. 317-335.

(26) Miguel Telles Antunes,  
*Dinossáurios Eocretácicos de*  
*Lagosteiras*, Lisboa, 1976; A. F.  
de Lapparent / G. Zbyszewski,  
*Les Dinosauriens du Portugal*,  
*Memórias do Serv. Geológico*,  
nova série, n. 2, Lisboa, 1957.

(27) Cf. Frei Agostinho de Santa  
Maria, *Santuário Mariano*;  
Frei Cláudio da Conceição,  
*Memória sobre a Senhora do*  
*Cabo*, Lisboa, 1817; Frei  
Luís de Sousa, *História de S.*  
*Domingos*.

(28) No segundo quartel de  
quatrocentos, a *Ermida da*  
*Memória* terá passado a ser  
administrada pela câmara  
de Sesimbra, a qual designou  
um ermitão para zelar pela  
sua conservação. Ulteriormente,  
o duque de Aveiro, Dom  
Jorge, solicitou autorização



**Ermida da Memória**  
Alçados e planta





## O SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA PEDRA DA MUA OU DO CABO

Em 1428, a 18 de Novembro, Diogo Mendes de Vasconcelos, comendador de Sesimbra e Ourique, fez doação perpétua da Ermida da Memória com o território adjacente <sup>(27)</sup> aos dominicanos de Benfica, os quais nunca quiseram tomar posse dela, alegadamente devido à esterilidade do lugar.

A edificação da *Ermida da Memória*, sobranceira ao oceano, terá tido início cerca de 1490, tendo sido restaurada (mais plausivelmente reedificada) em 1758, após a sua incorporação na Casa Real <sup>(28)</sup>. Desse período datam os dez painéis de azulejos iconografando a história do santuário, numa sequência que vai da aparição de Nossa Senhora, revelada em sonhos, até à construção da nova igreja e arraial <sup>(29)</sup>.

O incremento da devoção obrigaria D. Álvaro de Lencastre, 3º duque de Aveiro, a ordenar, em 1662, a edificação de uma capela maior, a qual esteve na origem do santuário

para transformar uma casa anexa à ermida em estância de veraneio privada. Aceite o seu pedido, a administração da ermida transitaria para o ducado de Aveiro e, em consequência da sua extinção durante o reinado de Dom José I, para a Coroa.

<sup>(29)</sup> Santos Simões, *Azulejaria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, 1979, p. 376.





Igreja da Nossa Senhora do  
Cabo  
Alçado nascente





setecentista (altar voltado ao mar), erguido por iniciativa da Casa do Infantado, para onde a imagem foi transferida em Junho de 1707.

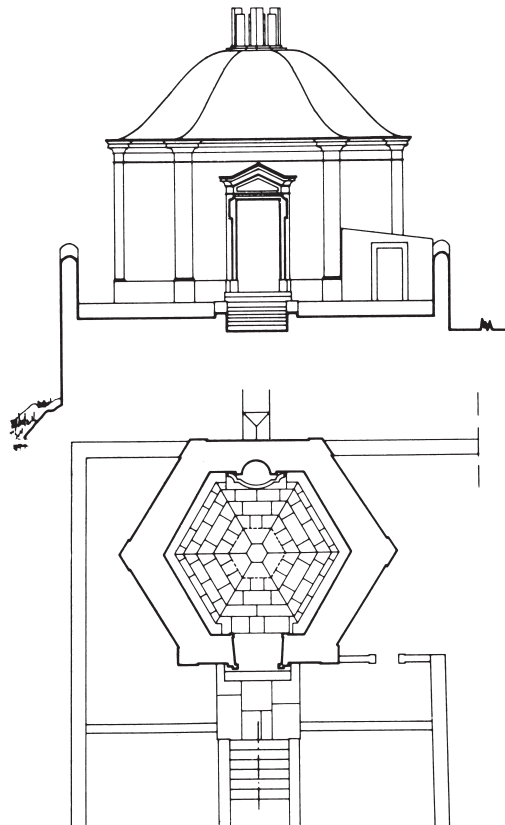
A traça do templo é creditada ao arquitecto régio João Antunes, de acordo com um alvará de Dom Pedro II, por intermédio do qual entregava a superintendência das obras ao desembargador António dos Santos Oliveira <sup>(30)</sup>. O pintor Lourenço da Cunha foi o responsável pela decoração pictórica da abóbada da nave, em perspectiva, no ano de 1740.

Grandes hospedarias abraçam lateralmente o corpo do santuário, acrescentadas em 1715, destinadas exclusivamente ao alojamento dos romeiros e constituídas por casa dos festeiros, casa das pratas, habitação do capelão eremita, armazém para a berlinda e para o carro triunfal, num total de 29 lojas e 40 sobrados.

<sup>(30)</sup> ANTT: *Chancelaria de Dom Pedro II*, livro 27, fl. 185-186. Robert Smith atribuiria a traça do templo a Carlos Gimac, enquanto Ayres de Carvalho adiantou o nome do arquitecto régio João Antunes ou do seu mestre, o Padre Tinoco. Ainda segundo Ayres de Carvalho, Bacherelli, ou algum dos seus discípulos, havia sido o responsável pela decoração pictórica da abóbada da nave. Cf. *D. João V e a arte do seu tempo*, v. 2, p. 184-185. Coetaneamente, Victor Serrão (na esteira de Cirilo Volkmar Machado), creditaria o trabalho de decoração da abóbada do santuário do cabo Espichel, em exclusividade, ao pintor e cenógrafo Lourenço da Cunha, em meados do séc. XVIII. Cf. *Uma obra-prima do pintor barroco Lourenço da Cunha: a pintura em perspectiva ilusionística do tecto da igreja do Cabo Espichel (1740)*, in *Sesimbra Cultural*, n. 1 (Dez. 1991), p. 21-22.

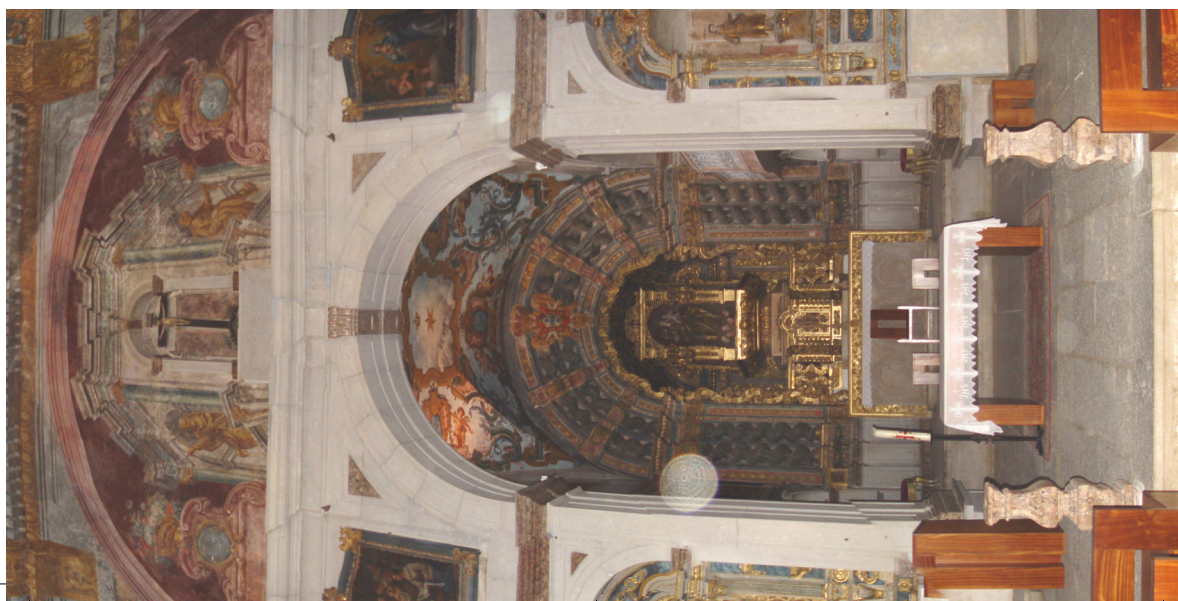


*Casa da Água*  
Alçado e planta



Diverso equipamento colectivo completa o conjunto: as cozinhas, a casa do forno, a das lenhas, as cavalariças e, ainda, um teatro de ópera e uma praça de touros de que não restam quaisquer vestígios.

O abastecimento de água era feito por um aqueduto desde Azóia até uma *Casa da Água*, cuja construção, patrocinada por Dom José, se achava concluída em 1770, a qual delimita a quadra ou arraial, aberto para nascente. Encerrada num jardim murado com latadas, configura uma réplica cortesã da *Ermida da Memória*, retomando o programa decorativo desta, inclusivamente nas figuras de convite dos enxalços da porta.





**Santuário do Cabo Espichel**  
Maquineta metálica (séc.  
XVIII), com Imagem de  
Nossa Senhora do Cabo,  
(séc XV ?) em madeira  
policromada



## A IMAGEM E O TESOURO DE NOSSA SENHORA DO CABO

Frei Agostinho de Santa Maria descreve a imagem da Senhora, dizendo: "[...] é lindíssima e tão majestosa que em todos os que a Veem infunde respeito. Tem-se por obra das mãos dos Anjos. É tão pequena que não passa de um palmo de altura. Está em uma âmbula, ou manga de cristal e fechada dentro em um sacrário. Não se sabe de que matéria é, se bem afirma uma pessoa que a teve em suas mãos lhe parecera de madeira. É de talha perfeitíssima e estofada. Está em pé com o Menino Jesus em os braços" <sup>(31)</sup>. A cor morena que lhe é atribuída pelo autor da *Memória da Prodigiosa Imagem de Nossa Senhora do Cabo* (Lisboa, 1817), faz supor tratar-se, muito provavelmente, de uma *Virgem Negra*.

<sup>(31)</sup> Cf. *Santuário Mariano*, t. 2, liv. II, tit. 74.

Até 1751 o círio levava apenas a bandeira, mas a partir desse ano foi modelada em madeira de buxo, presume-se que por Machado de Castro, uma cópia fiel da imagem descrita, a qual passou a andar no giro.

Frei Cláudio da Conceição acrescenta que "orna o peito da Senhora uma jóia que tem a figura de uns ramos de jasmins feito de brilhantes e as folhas de esmeraldas, e alguns rubis. Tem a senhora e o Menino coroas de ouro cravejadas ambas de diamantes brilhantes, as quais se conservam sempre nas suas cabeças. O manto é riquíssimo bordado a ouro pela Nossa Soberana de Saudosa Memória a Senhora Dona Maria I".

Barbaramente mutilada, em 1910, quando se encontrava na posse de

**Imagem peregrina de Nossa Senhora do Cabo.**



**Alfaia Litúrgicas  
pertencentes ao Tesouro de  
Nossa Senhora do Cabo,  
actualmente no Museu  
Nacional de Arte Antiga**

**a. Cruz processional**  
(séc. XV) Prata dourada,  
cinzelada e incisa e esmalte.  
[MNA: Inv. OUR 504]

**b. Custódia**  
(1764) Prata dourada.  
[MNA: Inv. OUR 517].  
*Inscrição:* ESTA CÔSTODI  
MANDARÃO FAZER OS  
MMORDO/MOS DO BODO  
DE N SNR DAJUDA  
DEESMOLLAS/DAS SUAS  
ALGIBEIRAS ANTONIO DA  
SILVA E SIMÃO DIAS/TALAIA  
ANNO DE 1764.

Fotos de José Pessoa

Alcabideche, a imagem seria restaurada e, novamente, devolvida ao culto em Cascais, no dia 30 de Agosto de 1917.

Até ao advento da República, o valioso Tesouro acompanhou o giro, apesar de haver sofrido algumas vicissitudes, como no ano de 1807, em que foi transportada para França a melhor prata do Círio. As pratas e demais paramentos exclusivamente destinados a servir nas solenidades, encontravam-se depositados no Palácio das Necessidades, saindo acompanhadas pelo capelão da Casa Real, um acólito e um faquino, sendo escoltadas por seis soldados e um oficial de infantaria.



a.



b.



## Lambrins de azulejo



**1º** O Sonho: mulher caparicana, e saloio, cada um em seu sítio, dormindo; casas em volta; a Sra. entre nuvens aparecendo-lhes em sonho;



**2º** Os dois caminham, e  
falam do sonho, para se  
certificarem da verdade;

**Ermida da Memória**

Lambrins de azulejo

3º Vem a Sra. a subir para a rocha, a cavalo na burrinha, com o menino;



4º Publicam o milagre: um de joelhos, outro de pé e a Virgem no alto, entre nuvens;



5º Fundação da guarita;







**Ermida da Memória**  
Lambrins de azulejo

6º Com o aumento da devoção, começou a fundar-se uma igreja, que depois foi substituída pela actual;



7º Um arraial: barracas, carros, bois em descanso;



8º Começa-se o actual santuário em 1701: operários acarretando pedra, outros trabalhando-a, paredes já erguidas;